

1.º DE MAIO EM ALTE

NA TÍPICA ALDEIA DE ALTE, TUDO SE PREPARA PARA QUE SEJAM MAIS UM ÊXITO AS TRADIÇÃOAIS FESTAS DO 1.º DE MAIO.

B. N. L.

11. SET. 1980

DEP. LEG.

A Voz de ALTE

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

(Preço avulso: 6\$00)

N.º 775

Ano XXVII

24/4/1980

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETARIO

José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração

Telef. 6 25 36

LOULÉ

25 DE ABRIL UM PORTUGAL VELHO PERMANECE NA LISBOA ANTIGA

LUÍS PEREIRA

25 de Abril de 1980

Não vou fazer uma mesura ao 25 de Abril, nem uma oração. Vou fechar a porta para não assistir à gritaria inocente. Vou resguardar o meu peito liberto dos partidos. Não vou escorregar e meter o pé nas argolas. Portugal, país velho, bebe o resto de vinho e trincha o peru na Lisboa antiga. A política continua lá. Os traidores divertem-se lá. A Universidade, a Saúde, o bom jantar, são privilégios de Lisboa, onde a miséria não se esconde...

Aqui no meu Algarve, o 25 de Abril é um dia como outro qualquer, um quotidiano que nos traz o comum, o ralhar e o beijo espetado. Comemoramos o quê? A língua má do tempo? As marcas da obscuridade cultural? Encaixamos os truques altos da política? Neste dia vou dar o exemplo. Vou fechar a porta e desprezar as manifestações dos

materialistas. Não vou torcer os braços. Nem erguer os punhos. Nem imitar os passos. Vou ser simplesmente alguém que não se quer vencido pelas invenções e pelas finezas. Porque amanhã não quero pedir esmola e ser cúmplice das dívidas da Europa. Eu nem sei o que é a CEE. Nem tenho sólidos estudos para compreender estas Revoluções com tantos fregueses.

25 de Abril de 1980.

Quantas palavras velhas são repetidas? Quantas asneiras se amontoam? Quantas leis bolorentas se apregoam? Tudo em nome do oculto e do cego. Que não se arrependam os senhores da AD. Em 1975 votaram a Constituição que não queriam, as Nacionalizações e a Sociedade sem Classes. Hoje lutam contra isso. Agora que vão comemorar o 25 de Abril, irão amanhã lutar contra ele?

Eu vou fechar a porta e ficar dentro de mim.

Loulé vai prestar merecida homenagem à pianista MARIA CAMPINA



que os vindouros saibam que Loulé teve uma Mulher que, pelo seu valor indiscutível e paixão pela música, soube impôr-se ao respeito e consideração dos seus conterrâneos.

E serão esses mesmos louletanos que, no dia 4 de Maio estarão presentes na rua da Carreira para assistir ao desceramento da lápide com o nome de Maria Campina e agradecer-lhe quanto, ao longo de uma vida de extenuante trabalho e dedicação, tem feito para prestigiar a música, enaltecendo

(continua na pág. 6)

SALIR RASGA NOVOS HORIZONTES AO PROGRESSO

A Junta de Freguesia de Salir, de colaboração com a Câmara Municipal de Loulé conseguiu remover alguns obstáculos que impediam o prolongamento de uma nova rua entre o lugar do Porto das Covas e Vendas Novas, passando pelo campo da feira. Vencido esse impedimento que datava de há cerca de 10 anos, os trabalhos foram agora iniciados com diversa maquinaria estando a terraplanagem quase pronta.

Será uma artéria de grande trânsito atendendo à sua localização e largura pois mede 10 metros o que a tornará uma das principais ruas desta loca-

VÃO MELHORAR OS SERVIÇOS DE SAÚDE

É notório o empenhamento da Secretaria de Estado da Segurança Social, no que se refere à concreta descentralização, sobretudo no que se alia à instalação dos vários Centros Regionais de Segurança Social, em várias Capitais de Distrito do Continente.

Assim, após a tomada de posse do Governo chefiado pelo Primeiro-Ministro Sá Carneiro, o Secretário de Estado da Segurança Social, Dr. António Bagaço Félix, deslocou-se, já ao Porto, onde deu posse a alguns dos elementos que completaram a Comissão Instaladora do Centro Regional de Segurança Social, ali plantado, foi, depois, à capital da Beira Alta — Guarda — conferir posse à respectiva Comissão Instaladora do mesmo Centro Regional, instalado naquela Cidade, com idêntico objectivo esteve, dias depois, em Aveiro e, por último, conferiu posse, também, à respectiva Comissão Instaladora, daquele Centro, em Beja.

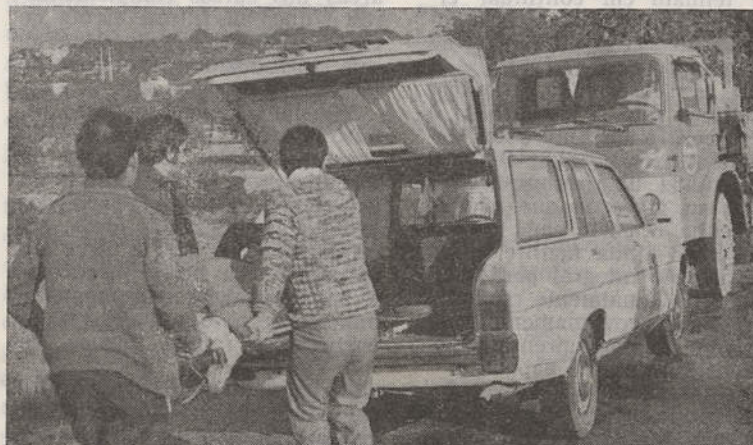
Dentro de dias, aquele membro do Governo, deslocar-se-á, com a mesma finalidade, a Portalegre e a Castelo Branco.

Recorde-se, a propósito, que, anteriormente, já haviam sido

(continua na pág. 7)

O problema hospitalar do Algarve

continua a ser resolvido
com ambulâncias para Lisboa...



O que há realmente de mais grave no excesso de utilização das ambulâncias Algarve-Lisboa é o facto de, com demasiada frequência, os doentes serem transportados de «urgência» para Lisboa e depois «devolvidos» para o Algarve ou por carência de camas ou ainda (e isto brada aos céus!) porque o problema pode (e deve) ser resolvido a nível de província. Até quando?

Construído ainda por decisão das autoridades do regime anterior, o Hospital Regional do Algarve parece condenado a ser como as obras de Santa Engrácia. O equipamento do edifício processa-se a ritmo de lesma, hoje uma coisa, amanhã outra, e o recrutamento de médicos e pessoal auxiliar ainda é pior, em consequência das dificuldades de alojamento, custo da habitação, custo de vida, etc.

As razões da falta de funcio-

(continua na pág. 7)

A IMPRENSA REGIONAL DO ALGARVE reuniu-se em Vila Real de Santo António

Dando continuidade a uma iniciativa que teve o seu início em Tavira, coube este ano ao nosso presado colega «Jornal do Algarve» organizar mais um Encontro da Imprensa Regional Algarvia, o qual de novo testemunhou o dinamismo de quantos se empenham, através dos seus órgãos de informação, em dar o seu contributo para o progresso do Algarve e bem es-

tar dos seus habitantes. E isto porque o Algarve é sempre tema quando um numeroso grupo de algarvios se reúne para tratar de problemas comuns.

E a imprensa regional algar-

(continua na pág. 2)

ACTIVIDADE CAMARÁRIA

Como consequência da abertura à informação decidida pela Câmara de Loulé, já publicamos noticiário diverso através de elementos colhidos em fotocópias das actas camarárias. O material, porém, é de tal forma abundante que implica uma selecção de assuntos e uma resumida compilação.

Por hoje divulgamos mais algumas deliberações ainda referentes à sessão de 18 de Janeiro.

Entre muitas outras coisas a se deliberou discordar do sistema de cobrança de taxas de radiodifusão a que se refere o Dec. 389/76, o qual obrigaria os consumidores de luz a pagar os recibos mensais conjuntamente com o da taxa de rádio.

Esta lei tem certos aspectos completamente absurdos, pois cada consumidor de energia eléctrica pagaria tantas taxas

(continua na pág. 7)

CÃES VADIOS ENXAMEIAM AS NOSSAS RUAS

(VER PAGINA 8)

A Imprensa Regional do Algarve

reuniu-se em Vila Real de Santo António

(continuação da pág. 1)
via tem problemas comuns para os quais se procuram soluções através de trocas de ideias entre aqueles que os sentem e tentam resolver com o abnegado espírito de sacrifício a que voluntariamente se sujeitam com o principal objectivo de servir o torrão natal.

Mas o servir a terra natal apenas por carolice é hoje um problema que se põe à consciência de qualquer cidadão que diariamente se senta à mesa e que precisa de cada vez mais dinheiro para comprar aquilo que lhe é essencial à vida. Para os homens dos jornais também se põe o problema de que o papel é essencial para que a imprensa continue existindo e por isso se alarmam com as vertiginosas subidas verificadas nos últimos anos. E não só o papel não tem parado de subir de preço como tudo o mais que faz parte da confecção de um jornal. Daí a razão porque alguns jornais algarvios não têm conseguido manter-se e outros vivem em situação económica difícil, mas que teimam em continuar erguendo a sua voz na defesa intransigente dos interesses do Algarve.

Foi à volta destes e doutros problemas que se desenrolou o IV Encontro da Imprensa Regional Algarvia e por isso foi apresentada uma proposta pedindo ao Governo que não só mantenha o porte pago para o País como ainda facilite o seu alargamento integral para o estrangeiro. Igualmente solicitado o apoio governamental, extensivo a toda a imprensa regional, em subsídio de papel.

Sugeridas também as seguintes reivindicações:

— Descentralização do parque tipográfico nacionalizado.

— Criação de um banco de dados sobre problemas do Algarve e um centro de produção de gravuras.

— Redução de tarifas telefónicas.

— Apoio das autarquias locais em matéria de informação.

A discussão destes problemas não tiveram, porém, o consenso geral, pois é do conhecimento de qualquer profissional que as máquinas do «Século», da «Época», etc. que estão paradas há mais de 4 anos já não têm hipótese de recuperação prática pela simples razão de que já eram antigas, já devem estar enferrujadas e estão largamente ultrapassadas pelo moderno sistema de «offset». Além disso são máquinas que já não se fabricam e para as quais não há, portanto, quaisquer peças ou acessórios. Deve ser muito difícil ao Estado encontrar quem as queira... de graça, desde que imponha a condição de as pôr a funcionar. O vendaval de Abril arrumou-as...

Considerando que o chumbo tem tendência a acabar nas tipografias, é hoje uma fantasia pensar criar um centro de produção de gravuras...

Face a estas circunstâncias de momento, alguns jornais do Algarve terão que continuar ainda por mais algum tempo a ser feitos fora da nossa provincia, pois já é extremamente difícil fazer progredir uma tipografia, não só por ter de se considerar a conjectura actual em que não está ainda completamente definido e seguro o sistema político que o País passará a viver nos próximos anos (o caminho para o socialismo é o «ideal» para o amolecimento de vontades e desencorajamento de qualquer iniciativa válida que crie novos postos de trabalho e bem estar social) como ainda porque o sistema «offset» é extremamente oneroso quando se trata de pequenas tiragens, como é o caso dos jornais de provincia.

Mas além destas, houve também outras propostas muito positivas. Uma delas foi apresentada pelo director do nosso prezado colega «O Távira», sugerindo que o Ministério da Educação incrementasse a criação de disciplinas de jornalismo nas áreas dos cursos complementares e que, na futura escola de Estudos Superiores do Algarve, seja introduzido um curso de jornalismo.

Esta ideia merece o nosso inteiro aplauso, porque é nos jovens que reside o futuro do jornalismo e ainda porque a experiência da maior parte dos jornalistas algarvios deve ser complementada com a força e o entusiasmo da nossa juventude. E isto é também extremamente importante porque, cada vez, os portugueses sabem menos da sua língua pátria, desleixando-se completamente nas formas de redigir e... na horrível caligrafia que não aprendem nas escolas, a tal ponto que, após 5 ou 6 anos de escola, nem o próprio nome sabem escrever correctamente.

Tomando em consideração que a «lei do menor esforço» é cada vez mais predominante entre a juventude, não estranhemos que dentro de alguns anos seja permitido levar máquinas de escrever para as escolas... para poupar aos alunos a «maçada» de terem que pegar numa esferográfica para... fazer o seu nome!

Evidentemente que para se fazer jornalismo é preciso ter uma base essencial: saber alguma coisa de português e por isso será particularmente importante que o estudo da nossa língua fosse mais aperfeiçoado logo a partir do Magistério, pois não saberá ensinar a escrever português quem não conhecer os mais elementares princípios básicos. E há por aí professores que têm certa dificuldade em escrever português que se entende...

Durante a reunião de trabalho foi também lida a seguinte proposta:

Considerando que a Imprensa Regional do Algarve tem sobrevivido e desenvolvido a sua ac-

ção de interesse social graças à ajuda desinteressada de diversos colaboradores que intervêm em variados domínios, com as suas opiniões (polémicas, mas salutares) no objectivo de servir o desenvolvimento da região do Algarve, os órgãos de informação algarvios, reunidos em Vila Real de Santo António, saúdam todos quanto, com a sua colaboração e entusiasmo, ajudam a erguer a Comunicação Social do Algarve.

Por que também merece o nosso inteiro aplauso, não queremos deixar de arquivar nas colunas do nosso jornal a seguinte proposta que igualmente foi apresentada nesta reunião:

— Considerando que ao longo de meio século de vida tem sido de grande préstimo para a região a actividade desenvolvida pela Casa do Algarve em Lisboa.

— Considerando que, da sua acção renovada e dinamizada muito há a esperar como apoio a um desenvolvimento equilibrado do Algarve, propõe-se que: «Os órgãos da Imprensa Regional do Algarve, reunidos em Vila Real de Santo António, saúdam a Casa do Algarve na passagem do seu 50.º aniversário.

A esta reunião estiveram representantes dos seguintes órgãos da comunicação social: Jornal do Algarve, A Azevinha, Jorral, R. D. P., Ecos da Serra, Folha do Domingo, Barlavento, O Algarve, O Távira, Sporting

(continua na pág. 4)

TRESPASSA-SE

Restaurante «Quá - Quá» em Quarteira, na Rua Dr. José Joaquim Soares (a 50 metros da praia). Bom Preço.

Informa no próprio local

CABELEIREIRA PROFISSIONAL

PRECISA-SE

Pessoa qualificada para trabalhar para a Organização «Steiner» de Londres, no seu salão de cabeleireiro no Hotel Dona Filipa — Vale do Lobo — Almansil.

Favor contactar Miss Dorothy Easson, Telef. 94141 — ALMANCIL. Preferência com conhecimentos de Inglês.

(2-2)

VENDE-SE

APARTAMENTO

Por estrear, com 4 assoalhadas, situado na Rua José da Costa Guerreiro — Telef. 62029 — LOULÉ.

(2-2)

PRECISA-SE

Apartamento ou casa para alugar em Quarteira, ao ano. Paga-se bem.

Tratar com Marco Biebels — Telef. 94353 — ALMANCIL.

(2-2)

HEWER & FERNANDO, LIMITADA

Certifico, para efeitos de publicação que, por escritura de 7 de Abril do corrente ano, lavrada neste Cartório Notarial do concelho de Lagoa — Algarve, e exarada de folhas 63 verso a folhas 65 verso do livro de notas C-2; Horst Will Hower, Fernando Manuel de Mileu Gomes Pernes e Hanna Trachesler Pernes, constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regula nos termos constantes dos artigos a seguir fotocopiados, sendo a respectiva fotocópia, composta de três folhas devidamente autenticadas.

PRIMEIRO: — A sociedade adopta a firma de «HEWER & FERNANDO, LIMITADA», tem a sua sede nas Areias de São João, freguesia e concelho de Albufeira e durará por tempo indeterminado a partir de hoje.

SEGUNDO: — O objecto da sociedade é o aluguer de motociclos sem condutor, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, em que a sociedade acorde.

TERCEIRO: — O capital social é de UM MILHÃO E QUINHENTOS MIL ESCUDOS, integralmente realizado em dinheiro, já entrado na caixa social e representado pela soma de três quotas, sendo uma no valor de seiscentos mil escudos, do sócio Horst Will Hower; uma no valor de seiscentos mil escudos, do sócio Fernando Manuel de Mileu Gomes Pernes e outra de trezentos mil escudos, da sócia Hanna Trachesler Pernes.

QUARTO: — Poderão fazer-se prestações suplementares de capital, quando houver acordo entre os sócios.

QUINTO: — A gerência da sociedade e a sua representação activa e passiva, pertence ao sócio Fernando Manuel de Mileu Gomes Pernes, e a outro sócio ou não, a nomear em assembleia geral, reunida para o efeito, com dispensa de caução para o primeiro.

§ ÚNICO: — Em nenhum dos casos poderão os gerentes obrigar a sociedade por

fianças, abonações, letras de favor e mais actos e documentos de interesse alheio aos negócios da própria sociedade.

SEXTO: — Para que a sociedade fique validamente obrigada, é necessária e suficiente a assinatura do sócio gerente, Fernando Manuel de Mileu Gomes Pernes.

SÉTIMO: — A sociedade poderá constituir mandatários e outorgar-lhes os poderes que entender convenientes.

OITAVO: — A cessão de quotas, no todo ou em parte, quer entre os sócios quer quando feita a estranhos, depende do consentimento da sociedade, ficando esta e os sócios por esta ordem, a gozar do direito de preferência na aquisição dessas quotas.

NONO: — Os estatutos desta sociedade poderão ser alterados de acordo com a maioria do capital social.

DÉCIMO: — Sempre que a Lei não exija outras formalidades e prazos, as assembleias gerais serão convocadas por carta registada, enviada com a antecedência mínima de oito dias. Porém, a expedição dessas cartas pode ser substituída pelas assinaturas dos sócios no respectivo aviso convocatório, caso em que a convocação deixará de depender da referida antecedência.

Está conforme.

Cartório Notarial de Lagoa, 10 de Abril de 1980.

A Ajudante,
Maria José Correia Bravo

VENDEM-SE

Apartamentos de 3 assoalhadas em FARO ou trocam-se pelos de praias.

Trata: Manuel Bota Filipe Viegas — Vale d'Éguas — ALMANCIL — Telef. 94115.

Trespasa-se

Perfumaria Ideal, na Rua Gago Coutinho, 29 em Quarteira.

Tratar no próprio local.

TERRENOS ALGARVE

QUINTAS, FAZENDAS, COURELAS (C/ OU S/ CASA).

PARA TODAS AS DIMENSÕES, PREÇOS E LOCALIZAÇÕES.

COMPRA E VENDA: JOSÉ VIEGAS BOTA — R. SERPA PINTO, 1 a 13 — TELEF. 62634 — LOULÉ.

CLÍNICA OFTALMOLÓGICA E PEDIÁTRICA

MÉDICOS ESPECIALISTAS:

DR. PALMA NUNES
Doenças dos Olhos

DR.ª PAULINA SANTOS
Doenças das Crianças

Marcações pelo Telefone 28704
FARO

(8-4)

Para quando a extinção do Grémio da Lavoura de Loulé

Em recente intervenção na Assembleia da República, o deputado do PSD, pelo Algarve, Cristóvão Norte, traçou uma panorâmica da actividade agrícola do concelho de Loulé e apelou para o Governo no sentido de resolver rapidamente o problema da extinção do Grémio da Lavoura de Loulé.

O mérito da sua intervenção merece que a publiquemos na íntegra:

«O concelho de Loulé é não só territorialmente o maior do Algarve, como também o mais importante no domínio agrícola, já que cerca de 50% da sua população está directa ou indirectamente relacionada com o mundo rural, podendo afirmar-se com toda a propriedade que aquela actividade económica ocupa, em relação às que têm significado especial na vida do concelho.

Todavia, a actividade agrícola, no concelho de Loulé, aliás como em todo o Algarve, tem estado entregue à sua sorte e sofreu, nos últimos anos, as consequências do êxodo rural agrícola, não tendo sido ainda alcançado o equilíbrio quanto a níveis de emprego através de um ajustamento satisfatório das necessidades de trabalho com as diferentes qualificações profissionais da população activa agrícola.

O sector cedeu os trabalhadores mais válidos, restando forte percentagem de população activa naturalmente envelhecida, o que não permitiu substituir trabalho, por equipamentos mecânicos exigentes em formação profissional.

As estruturas agrárias continuam arcaicas e o associativismo não registou os progressos indispensáveis ao desenvolvimento e modernização da agricultura através de cooperativas de produção, transformação industrial ou de comercialização de produtos agrícolas.

Por falta de incentivos à cooperação de agricultores nos domínios da actividade económica, os circuitos de distribuição que se desenvolveram com o crescimento do mercado agrário por efeito da expansão da vida urbana, atraíram numerosos intermediários dando origem a que os menos honestos mantivessem não só a complexidade do comércio, como também o poder de decisão quanto a problemas de abastecimento interno e de exportação.

Também é evidente o desajustamento dos serviços públicos em face das necessidades postas pela modernização da agricultura.

Nos domínios da investigação científica e tecnológica, do crédito agrícola e do acompanhamento de projectos de desenvolvimento, da reforma de estruturas agrárias e da formação agrícola profissional, são grandes as deficiências da organização dos serviços na sua projecção regional de apoio às organizações de agricultores e à gestão das empresas agrárias.

Esta é uma panorâmica sumariíssima do que tem sido e como se tem processado a actividade agrícola no concelho de Loulé, e dessas considerações afere-se sem equívocos que esta actividade económica, (a 1.ª do Concelho repito), mostra a evidência a sua insuficiência e

ineficácia e não tem contribuído como seria desejável para diminuir o saldo negativo da Balança Comercial. É que não nos podemos esquecer que continuamos a recorrer à importação de parte substancial dos bens alimentares, devido à decadência da nossa agricultura, tornando-se urgente a tomada de medidas que invertam esta situação crónica.

Felizmente que, os agricultores louletanos, com o seu dinamismo e patriotismo sempre indimentáveis (adversos a este estado de coisas que não dignifica ninguém e lesa profundamente a economia nacional), conseguiram com esforço e abnegação, lançar as bases e criar duas instituições que terão certamente uma acção benéfica e decisiva, desde que lhes seja fornecido o apoio técnico e financeiro e lhes seja inculcado o saudável espírito da solidariedade: trata-se da Cooperativa Agrícola Mãe Soberana do Concelho de Loulé que conta actualmente com mais de 300 associados e com um capital social inicial de 500 contos e da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

Estas duas organizações, podem e devem desempenhar um papel relevante na vida dos

agricultores: porque foi esse o objectivo que presidiu à sua criação, sendo para isso indispensável munir-las do necessário apetrechamento, inerente à sua função.

A Cooperativa Agrícola após a sua recente criação e logo que detentora do respectivo alvará, começou imediatamente e na medida dos seus precários condicionais a prestar apoio aos seus associados, nomeadamente no que respeita ao fornecimento de adubos, pesticidas, rações, etc.

Contudo, estas associações agrícolas, não possuem instalações minimamente capazes que lhes permita desenvolver a sua acção obrigando os agricultores a diligenciarem junto da Direcção Regional de Agricultura do Algarve para que fossem tomadas providências rápidas no sentido de que o edifício pertencente ao Ex-Grémio Concelhio, transitasse para o património da Cooperativa assim que fosse extinto, dado que reúne condições magníficas para a instalação da Cooperativa e para o funcionamento dos serviços da Caixa de Crédito Agrícola, além de ter uma optima localização.

Só que, a situação jurídica do Ex-Grémio de Loulé é absolutamente insustentável.

No princípio de 1975, a semelhança do que aconteceu em outros Grémios Concelhios foi a direcção daquela instituição substituída por uma Comissão liquidatária composta por 6 elementos, em que a maioria não só não possuíam os mais rudimentares conhecimentos dos problemas dos agricultores como nem sequer mereciam a sua confiança política e moral, o que aliás se veio a demonstrar em breve.

Impotente ante a situação que se lhes deparou os agricultores louletanos depositaram contudo alguma esperança na sua acção na pressuposição que a referida comissão se preocuparia fundamentalmente com os objectivos que lhes são inerentes ou seja a inventariação dos bens existentes do Grémio, encerramento das contas e a sua apresentação a quem de direito, isto é, toda uma orientação comportamental conducente à extinção rápida do organismo referido.

Mas infelizmente, isso não aconteceu, pelo contrário, envolveu-se a mencionada comissão em actividades cuja lisura e transparência nem sempre ressaltaram com nitidez, e por isso, começando a merecer a total desconfiança e até hostilidade dos agricultores.

Esta situação foi-se agravando paulatinamente, culminando com a instauração dum inquérito, ordenado pelo Ministério de Agricultura e Pescas relativamente a actos e situações criadas no Ex-Grémio.

Lamentavelmente todos sabemos a história triste dos resultados dos inquéritos mandados instaurar nos últimos 5 anos em Portugal.

Detecta-se a fraude, apuram-
(continua na pág. 8)

ALUGA-SE

Um armazém, com área 7x9 m2, em Vale d'Éguas. Informa pelo Telef. 63146 — LOULÉ.

(3-1)

ALUGA-SE

Alugo oficina de olaria, equipada com máquina e material, pronta a funcionar, na Rua S. João Brito, 42.

Informa pelo Telef. 62357 — LOULÉ.

(2-1)

«A. T. I. S. — Agência Turística Imobiliária do Sul, Lda.»

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de hoje, lavrada a fls. 3 v.º, a 5 v.º, do livro n.º B-114, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre José Guerreiro Martins, Deodato Bota Guerreiro, este menor, representado por aquele, seu pai, e Marta Bota Guerreiro, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a denominação de «A.T.I.S.» — Agência Turística Imobiliária do Sul, Limitada», tem a sua sede na Avenida Infante de Sagres, número cento e quarenta e cinco, da povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

Segundo — O seu objecto consiste na compra e venda de imóveis, administração de propriedades, construção de casas para venda, actividades relacionadas com o turismo e recreativas, podendo explorar qualquer outro ramo de negócio em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

Terceiro — O capital social inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é do montante de trezentos mil escudos e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes:

— Uma de cento e vinte mil escudos, pertencente ao sócio José Guerreiro Martins;

— uma de noventa mil escudos, pertencente ao sócio Deodato Bota Guerreiro; e

— outra também de noventa mil escudos, da sócia Marta Bota Guerreiro.

Quarto — A cessão de quotas a estranhos, fica dependente de prévio e expresso consentimento da sociedade; — a qual é reservado o direito de preferência, em primeiro lugar, e a cada um dos sócios, em segundo.

Quinto — 1. A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelos sócios, ora outorgantes nesta escritura, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme for

deliberado em Assembleia Geral.

2. Qualquer dos sócios gerentes poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência, por meio de procuração em quem entender.

3. Para obrigar validamente a sociedade, durante a menoridade do sócio Deodato Bota Guerreiro, é necessária e suficiente a assinatura do sócio gerente José Guerreiro Martins ou de seu procurador, podendo, no entanto, os actos de mero expediente ser assinados por qualquer sócio gerente ou seu procurador; — e podendo ainda a gerente Marta Bota Guerreiro, obrigar a sociedade, sem quaisquer restrições em caso de impossibilidade — por ausência ou doença — do sócio gerente José Guerreiro Martins.

4. Quando o sócio Deodato Bota Guerreiro atingir a maioridade, será nomeado gerente desta sociedade, passando então a mesma a obrigar-se quer pela assinatura do sócio gerente José Guerreiro Martins ou de seu procurador, quer pela assinatura em conjunto dos restantes sócios Deodato Bota Guerreiro e Marta Bota Guerreiro ou de seus procuradores, se de outro modo não for deliberado em Assembleia Geral, devendo neste caso ser o pacto desta sociedade alterado, no todo ou em parte.

5. A sociedade não poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

Sexto — As reuniões da Assembleia Geral serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com oito dias de antecedência, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 11 de Abril de 1980.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

VENDO

NOVILHO charolez puro, com 20 meses. Bom reprodutor. Fardos de feno. 3 vacas novas, cruzadas de mertolengo/limousin. 5 bezerros à desmama. Aveia, fava, centeio e cevada. Está tudo perto de Évora.

Carta para Apartado 1028 — 1001 LISBOA, ou Telef. 539773, dias úteis, 14,30 às 18,30 horas.

AGÊNCIA VÍTOR

FUNERAIS E TRASLADAÇÕES
Serviço Internacional
Telefones 62404-63282
LOULÉ — ALGARVE

LUÍS PONTES

ADVOGADO
Rua D. Paio Peres Correia,
N.º 31 — Telef. 62406
LOULÉ

BARCOS DE RECREIO

Sócio, precisa-se no Algarve, para montagem de linha de fabrico de barcos de recreio em fibra de vidro.

Informa: A. Navarro — R. Quinta das Palmeiras, lote 59-2 G.C.P. — 2780 NOVA OBRAS.

(2-1)

(Este imóvel poderá ser visto das 11 às 12 horas e das 17 às 18 horas de cada dia útil).

Loulé, 11 de Abril de 1980.

O Juiz de Direito,
Mário Meira Torres Veiga

O Escrivão de Direito,
João-Maria Martins da Silva

A Imprensa Regional do Algarve reuniu-se em Vila Real de Santo António

(continuação da pág. 2)

Olhanense e A Voz de Loulé, uma representante da TAP-Air Portugal e ainda o Adido de Imprensa no M. A. S. sr. José Carneiro de Almeida, que se deslocou a Vila Real para revelar, em primeira mão, a imprensa regional algarvia, algumas medidas que o Ministério dos Assuntos Sociais vai decretar e com as quais se pretende encontrar soluções que melhorem as condições de vida dos portugueses no importantíssimo sector que é a saúde.

Devido à importância dos temas e à sua extensão a eles nos referimos noutro local deste jornal e também no próximo número.

A sessão foi encerrada com algumas palavras do sr. Presidente da Câmara de Vila Real de Santo António, que se regozijou com a presença dos representantes da imprensa algarvia, apresentando as suas saudações e oferecendo os préstimos da Câmara, após o que entregou a cada um dos presentes, um exemplar do n.º 3 do Boletim Municipal, que a Câmara está editando mensalmente e através do qual dá conhecimento aos munícipes das suas actividades.

O grupo percorreu depois algumas áreas da Vila e deslocou-se a Monte Gordo para conhecer a zona do Sertão, (a poente daquela praia) que há mais de 200 anos é tradicionalmente habitada pelos pescadores, os quais vivem em casas que, não há muitos anos, substituíram as de colmo, mas que pela sua pequenez e evidentes carências, não reúnem as condições mínimamente desejadas e a que um ser humano tem direito nos nossos dias. Apesar da aparente pobreza da maioria, quase todas as casas dispõem de antena de televisão, o que revela já um certo grau de quem aspira a uma vida melhor e já não aceita resignadamente «viver assim porque já os seus pais e avós assim viviam». E ainda bem que assim é, pois todos temos direito a uma vida mais digna. Disso, aliás tem plena consciência a Câmara de Vila Real, que já conseguiu fazer rasgar uma estrada de acesso ao bairro e está procedendo a outros importantes melhoramentos, especialmente arruamentos e saneamento básico para que termine, finalmente, a saída dos esgotos para a rua em céu aberto. Há já ali algumas casas com aspecto muito razoável e está em projecto a construção de um bairro social em auto-construção para pôr cobro aquela pobreza franciscana que é o das pessoas viverem como animais em pleno século XX e num país integrado na Europa e permanentemente visitado por europeus que já não

estão habituados aquele género de vida.

Segundo nos disseram, as casas a construir são-lhe em «direito de superfície», ou seja no tipo das sociedades socialistas, onde a ideia do lucro não tem qualquer sentido e onde, portanto, as pessoas têm que se resignar a viver sempre muito humildemente. Isto serve para dizer que os ocupantes dessas futuras casas, despendem muito esforço na construção da «sua» casa, (aproveitando todas as suas horas de folga), gastam todo o dinheiro que podem nela investir, mas nunca serão seus proprietários... para evitar que amanhã queiram vendê-la e ganhar dinheiro com essa operação. Segundo os princípios marxistas isto tem a sua lógica, mas é desencorajante para quem viva numa sociedade não socialista e sinta portanto, plena liberdade de procurar novos rumos para a sua vida... mudando de terra. Se abandonar a casa perde todos os direitos que sobre ela tinha e, com certeza, não vai cair na aspeira de trabalhar na construção de outra casa, noutra terra, pensando em que poderá, amanhã, preferir viver com os filhos noutra localidade.

Sabemos de vários casos em que as pessoas desistiram pura e simplesmente de construir a «sua» casa quando lhes explicaram o que era o «direito de superfície».

Não foi dito nem mostrado aos jornalistas, mas sabemos que, devido à grande carência de habitação em Monte Gordo, esta foi uma das muitas localidades do país contempladas com avultadas ofertas do Governo dos E. U. A. para construção de casas. Essas casas situam-se a nascente de Monte Gordo e foram iniciadas há já alguns anos. Não sabemos em que condições foram construídas mas ficamos sabendo que os trabalhos estão de há muito parados. Naturalmente teria acontecido o mesmo que se verificou em Loulé: desleixo e indiferença pela solução de um dos mais graves problemas que enfrenta a nossa sociedade.

Segundo temos lido na imprensa, a solução deste problema está a ser resolvido com extraordinário dinamismo por todo o País, pois o Governo enfrenta-o corajosa e decididamente.

A luta contra a pobreza tem que ser permanente e com os olhos postos no futuro, pois poderá também contribuir para que sintamos mais orgulho de ser portugueses!

Depois do passeio por Monte Gordo, os convidados do «Jornal do Algarve» deslocaram-se ao Hotel dos Navegadores, onde lhes foi servido um excelente almoço que, pelo esmero de con-

fecção, agradou a todos os presentes.

Após a refeição, usou da palavra o Director do Hotel para se referir aos cautelosos cuidados com que têm que ser tratados os problemas do turismo, citando que nada pode ser olvidado. Disse que Monte Gordo era uma zona desprotegida mas que apesar disso o Hotel dos Navegadores tem tido as mais elevadas ocupações do Algarve, devido não apenas à sua promoção no estrangeiro, como ainda à maneira como o cliente é atendido, frisando que o serviço é feito quando é necessário, sem que os trabalhadores olhem para os seus relógios, preocupados com o momento da hora da saída.

E os hóspedes encontram ali ambiente acolhedor, porque têm piscina aquecida, música, folclore, ginástica, jogos recreativos e muitas outras regalias atraentes.

Com a graciosa espiritualidade que é característica da jovialidade do seu espírito sempre aberto ao diálogo e à convivência humana, o Dr. Joaquim Magalhães usou da palavra para se referir ao recente aniversário do «Jornal do Algarve», recitando um muito conhecido poema de João de Deus que foi oportuníssimo. Muito apropriadas também as suas palavras acerca das vontagens daquelas simpáticas reuniões entre as pessoas que têm parte da sua vida ligada à imprensa e que vivem intensamente as alegrias e dissabores que lhe são inerentes, considerando muito frutuoso este tipo de relações humanas. Falou também da juventude, dessa juventude que é preciso trazer para a imprensa, para que se habitue a viver mais intensamente os problemas do nosso tempo, escrevendo aquilo que o seu pensamento lhe dita acerca dos erros da sociedade que o cerca.

Em dia de festa promovida pelo «Jornal do Algarve» o nome de José Barão, que foi o seu fundador, não podia ficar esquecido. A figura do jornalista brilhante, amigo franco e dedicado se referiu o Dr. Magalhães e, mais largamente, o jornalista João Leal que foi um dos seus mais dedicados colaboradores. Evocando a sua memória, disse que devíamos seguir o seu ideal de pugnar pelos interesses da nossa terra, dar as mãos e unir os nossos corações, num amplexo de fraternidade nesta «gloriosa maluquice que é fazer um jornal».

A. Vicente Campinas, como colaborador e amigo íntimo de José Barão também evocou a sua memória para enaltecer, muito justamente, as raras qualidades do jornalista brilhante e grande algarvio que foi José Barão, o homem que vivia apaixonadamente os problemas da sua terra com o carinho de um filho estremo.

Além da agradável convivência que este encontro nos proporcionou, tivemos a agradável oportunidade de conhecer pessoalmente o Director do nosso prezado colega «Jornal do Algarve» o sr. António Barão, filho do nosso saudoso amigo José Barão e ainda a esposa daquele que, em vida, tão bem soube honrar o jornalismo profissional, dignificando uma apaixonante profissão. Também tivemos o ensejo de abraçar um velho amigo que há cerca de 30 anos não víamos: o jornalista A. Vicente Campinas.

DESPONTADORAS

— teias —
CASA CHAVES CAMINHA
Av. Rio de Janeiro, 19-B
LISBOA — Telef. 885163

SALSA-BAR — Sociedade para Exploração de Bares e Divertimentos, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

SEGUNDO CARTÓRIO

Notário: — Licenciada Maria
Odília Simão Cavaco
e Duarte Chagas

CERTIFICO: — para efeitos de publicação se declara que por escritura de vinte e sete de Março do ano corrente, lavrada de folhas 139 a 141, do livro número A-63, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima indicado, Domingos José de Sousa da Luz, dividiu a sua quota do valor nominal de quinhentos mil escudos, em duas quotas do valor nominal, uma de quatrocentos e cinquenta mil escudos que cedeu a Manuel Francisco Vermelhinho Seita e outra de cinquenta mil escudos que cedeu ao sócio Olímpio Manuel de Olival Guerreiro, saiu da sociedade e renunciou à gerência, tendo na mesma

escritura o novo sócio sido nomeado gerente, e o aludido sócio Olímpio Manuel de Olival Guerreiro unificado as suas quotas, pelo que foi alterado o artigo Terceiro do pacto social que passou a ter a redacção seguinte:

ARTIGO TERCEIRO — O capital social é de um milhão de escudos, integralmente realizado em dinheiro e noutros valores constantes da respectiva escrita, e dividido em duas quotas, uma do valor de quinhentos e cinquenta mil escudos, pertencendo ao sócio Olímpio Manuel de Olival Guerreiro e outra do valor de quatrocentos e cinquenta mil escudos pertencendo ao sócio Manuel Francisco Vermelhinho de Seita.

Está conforme.
Secretaria Notarial de Loulé, catorze de Abril de mil novecentos e oitenta.

A Notária,
Maria Odília Simão Cavaco
e Duarte Chagas

ANIBAL DE SOUSA BAIÃO, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de 14 do mês corrente, lavrada de fls. 8, v.º a 10, do livro n.º C-114, de notas para escrituras diversas, deste Cartório, foi constituída entre Aníbal de Sousa Baião e Gilberto Afonso, Baião, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a firma de «Aníbal de Sousa Baião, Limitada», tem a sua sede na Rua Projectada à Rua Gago Coutinho, da povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, e durará por tempo indeterminado, com início nesta data.

Segundo — O seu objecto é a construção civil e actividades com ela relacionadas, tais como urbanizações e compra e venda de imóveis, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, que a sociedade resolva explorar e a lei permita.

Terceiro — O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é de dois milhões de escudos e está dividido em duas quotas iguais, pertencendo uma a cada sócio.

Quarto — 1. Ambos os sócios são nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

2. Para obrigar validamente a sociedade são necessárias as assinaturas de dois sócios gerentes ou seus procuradores, exceptuando-se os actos de mero expediente para os quais é suficiente a assinatura de qualquer dos sócios gerentes ou seus procuradores.

3. Qualquer sócio gerente poderá delegar em quem entender, mediante procuração, todos ou parte dos seus poderes de gerência.

4. A sociedade não poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações e letras de favor e outros semelhantes.

Quinto — A cessão de quotas, no todo ou em parte, entre sócios é livremente permitida; — a estranhos, depende do consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios, em segundo.

Sexto — Em caso de falecimento ou interdição de qualquer sócio, os seus herdeiros ou representantes exercerão em comum os direitos do sócio falecido ou interditado, devendo, porém, nomear de entre eles um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota social se mantiver indivisa.

Sétimo — As Assembleias Gerais serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios, com pelo menos, oito dias de antecedência, desde que a lei não exija outras formalidades.

Está conforme.
Secretaria Notarial de Loulé, 17 de Abril de 1980.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

APARTAMENTOS E TERRENOS

ALUGAM-SE E VENDEM-SE APARTAMENTOS

E TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO E AGRICULTURA.

TRATAR COM CONCEIÇÃO FARRAJOTA, RUA D.

AFONSO III - R/C, Fto. — QUARTEIRA, OU PELO TE.

LEFONE 65852 (das 20-22 h.).

(12-11)

MARINOTEIS - Sociedade de Promoção e Construção de Hotéis, S. A. R. L.

Relatório e Contas do Exercício de 1979

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas

Em cumprimento do estabelecido na Lei e nos Estatutos desta Sociedade, temos a honra de submeter à vossa apreciação o Relatório, o Balanço e Contas, relativo ao exercício de 1979.

Finalmente, em 21 de Dezembro último procedeu-se à abertura do concurso para a «1.ª fase — Fundações, Estrutura e Toscos» das obras do nosso hotel, a construir em Vilamoura, o que traduz o intenso labor da sociedade no decorrer de 1979 e revela a viragem operada na actividade da MARINOTEIS, pois se ultrapassa o período de estudos e se entra decisivamente na execução do empreendimento.

Para melhor aquilatar do que representa esta transição na vida da empresa, valerá a pena, numa curta retrospectiva do já longo caminho percorrido, recordar que todo este processo foi iniciado pela Lusotur, que promoveu várias diligências, com vista à concretização do que viria a ser o nosso objectivo primordial.

Entendeu-se, então, a conveniência da constituição de uma sociedade autónoma e, assim, nasceu a MARINOTEIS, em 27 de Fevereiro de 1973.

Adquirido um lote de terreno, com 20 000 m², à entrada da marina de Vilamoura, foram logo iniciados os estudos e em 14 de Outubro desse mesmo ano é assinado o acordo de gestão com a Sheraton International Inc., no qual se prevê a inauguração do hotel em 31 de Março de 1977.

Encontrava-se o projecto em adiantado estado de elaboração quando, e de acordo com a Sheraton, foi decidido suspendê-lo, atendendo à instabilidade sócio-político-económica que o país estava sofrendo.

Praticamente, só a partir de 1978 se retomou a conclusão do projecto se obteve a actualização dos estudos económicos anteriormente elaborados, se promoveu a negociação de novo contrato com a cadeia Sheraton e se obteve do Fundo de Turismo o aval para um empréstimo a conceder pela Caixa Geral de Depósitos, sob a condição de a MARINOTEIS elevar o seu capital social.

Em 1979 prosseguiram, activamente, os estudos do projecto, abrangendo toda a sua complexa estrutura, decoração e equipamento, o que permitiu, como já se referiu, abertura do concurso para a 1.ª fase da obra, tudo se aprontando para que as outras fases possam prosseguir, sem interrupção na marcha dos trabalhos.

Cabe salientar que houve sempre a maior preocupação em conseguir uma solução que, respeitando, em-

bora, o partido inicialmente adoptado — original e de alto nível — se conciliasse com a desejada economia da construção e da futura manutenção do hotel.

Nesse sentido, foi decidido, em começo de 1979, proceder, ainda, a uma mais drástica redução de custos, sem que, todavia, as alterações a introduzir no projecto afectassem a concepção geral, já aprovada pelas instâncias oficiais.

Para isso, os projectistas receberam rigorosas instruções, e limites máximos de custo foram fixados a fim de serem tanto quanto possível respeitados.

Apesar de todas as reduções exaustivamente conseguidas, que se não admite possível levar mais longe, não poderemos esquecer os significativos agravamentos resultantes da inflação de preços que o país vem suportando, o que aconselha — impõe, mesmo — que se não

continue a protelar o início da obra.

Estamos, efectivamente, chegados ao momento de passar do estudo à realização, e em condições de perspectivar a conclusão do hotel a curto prazo.

Assim, em 3 de Março próximo serão recebidas as propostas dos empreiteiros consultados para a execução da 1.ª fase, tudo se conjugando para que os trabalhos possam ter início em Abril, a fim de se aproveitar a época do ano recomendável para a execução das fundações e cave, que se reveste de particulares dificuldades, dado o local da implantação e a natureza do terreno.

E, poderá apontar-se, para data de conclusão do hotel o segundo semestre de 1982.

Em paralelo com a elaboração do projecto, têm-se vindo a efectuar conversações com os Bancos accionistas maioritários, o Fundo

(continua na pág. 6)

Relatório e Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Em cumprimento do Decreto-Lei 49 381 e dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração da MARINOTEIS — Sociedade de Promoção e Construção de Hotéis, S.A.R.L. apresentou-nos o Relatório, o Balanço e a Demonstração de Resultados, referentes ao exercício de 1979.

No desempenho das funções de Conselho Fiscal fizemos verificações dos elementos patrimoniais bem como da regularidade dos livros, registos e documentos podendo afirmar-se a convicção de que o Relatório do Conselho de Administração relata os aspectos mais importantes da vida da empresa e que o Balanço e a Demonstração de resultados satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Todos os esclarecimentos

e pedidos de elementos foram prontamente satisfeitos pela sua Administração.

Consideramos correctos os critérios valorimétricos adoptados, no que respeita às amortizações realizadas e à imputação de gastos a investimentos em curso, atendendo à fase de preparação e lançamento do projecto de investimento que constitui, de momento, o objectivo exclusivo da empresa.

Nestes termos, somos de parecer que sejam aprovados o Balanço e as contas referentes ao exercício de 1979.

Lisboa, 10 de Março de 1980.

Moisés S. Cardoso e J. Castelo Saraiva — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representa por Moisés da Silva Cardoso

Balanço Analítico em 31 de Dezembro de 1979

ACTIVO	Activo Bruto	Provisões, Amortizações e Reintegrações	Activo Líquido
DISPONIBILIDADES			
Caixa	101 054\$30	—\$—	101 054\$30
Depósitos à Ordem	8 575 210\$30	—\$—	8 575 210\$30
	8 676 264\$60	—\$—	8 676 264\$60
CRÉDITOS A CURTO PRAZO			
Adiantamentos Forn.	446 682\$70	—\$—	446 682\$70
Accionistas c/ Subs.	17 280 000\$00	—\$—	17 280 000\$00
	17 726 682\$70	—\$—	17 726 682\$70
IMOBILIZ. CORPÓREAS			
Terreno	40 000 000\$00	—\$—	40 000 000\$00
Equip. Adm. e Mob. Div.	366 345\$70	232 823\$10	133 522\$60
	40 366 345\$70	232 823\$10	40 133 522\$60
IMOBILIZ. INCORPÓREAS			
Gastos Inst. e Exp.	346 234\$60	346 200\$00	34\$60
IMOBILIZ. EM CURSO			
Obras em Curso	55 467 480\$20	—\$—	55 467 480\$20
CUSTOS ANTECIPADOS			
Despesas Antecipadas	9 000\$00	—\$—	9 000\$00
Total de Provisões		—\$—	
Total Amort. e Reint.		579 023\$10	
TOTAL DO ACTIVO	122 592 007\$80	579 023\$10	122 012 984\$70

PASSIVO	Passivo e Situação Líquida
DÉBITOS A CURTO PRAZO	
Empréstimos Bancários	32 350 000\$00
Credores por Fornecimentos de Imobilizado, c/	
Letras e outros Títulos a Pagar	14 600 000\$00
Sector Público Estatal	62 984\$70
TOTAL DO PASSIVO	47 012 984\$70
SITUAÇÃO LÍQUIDA	
CAPITAL E PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	
Capital Social	75 000 000\$00
TOTAL DO PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	122 012 984\$70

Demonstração de Resultados Líquidos em 31 de Dezembro de 1979

Fornecimento e Serviço de Terceiros	12 025 711\$70	
Impostos Indirectos	130 589\$00	12 156 300\$70
Despesas com o Pessoal	2 084 198\$60	
Despesas Financeiras	7 539 091\$50	9 623 290\$10
Amortizações e Reintegraç. do Exerc.		25 347\$70
Resultados Extra do Exercício		1 735\$00
		21 806 673\$50

Trabalhos para a própria empresa	21 806 673\$50
TOTAL DO RESULTADO LÍQUIDO	21 806 673\$50

O TÉCNICO DE CONTAS

Firmino Sobral Dias Cabaço

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alberto Saraiva e Sousa

União de Bancos Portugueses, representada por Galiano

Augusto Ramos Esteves

LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, S. A. R. L.,

representada por José Manuel Pita Góis Ferreira

AMARO DA COSTA, MINISTRO DA DEFESA

apresenta a imagem da competência, lucidez e dignidade do autêntico patriota

por
FILIPE VIEGAS

O Ministro da Defesa, a quem o seu partido político rendeu louvores e se congratulou pelo teor da sua alocução, proferiu em 9 de Abril, data comemorativa do 62.º aniversário da «Batalha de La Lys», onde morreram 3 700 militares do nosso corpo expedicionário, que interveio em França na I Grande Guerra, afirmou na sua intervenção que: «o horror à guerra e à violência não nos fará esquecer Portugal, não nos enfraquecerá na defesa cerrada da Liberdade, não fará esmorecer em nós a Solidariedade com todos os que lutam pela Paz e pela Liberdade».

A «Liga dos Combatentes» organizou as cerimónias da 44.ª romagem ao túmulo do «Soldado Desconhecido», que se encontra depositado na sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha, monumento histórico onde se realizaram as cerimónias come-

morativas com a assistência de altas personalidades e entidades das Forças Armadas Portuguesas, adidos militares de várias embaixadas acreditadas em Portugal, assim como diversas entidades civis e religiosas.

Traduziu-se de especial significado a deposição de coroas de flores junto do túmulo do «Soldado Desconhecido» realçando-se a coroa posta pelo «Ministro Amaro da Costa», onde se lia a legenda: «a todo aquele que deu a vida por Portugal».

Pela «Liga dos Combatentes» usou da palavra a viúva do capitão-tenente Oliveira e Carmo, evocando a memória do «herói de Diu» em 1961 tendo entregue a «Comenda da Torre e Espada», concedida a seu esposo, a título póstumo, à «Liga dos Combatentes».

O C. D. S. classificou o discurso, do seu dirigente e Ministro da Defesa Amaro da Costa, como esclarecedora prova de competência e lucidez, na posição defendida para, «Portugal em relação às suas Forças Ar-

madass», as quais deverão ser dinâmicas, modernas, empenhadas nas suas tarefas específicas e às quais todos saibam dar o devido apoio».

Em comunicado também, o C. D. S. se pronuncia sobre o titular da «Pasta da Defesa» anotando, que este acabava de: definir com notável clareza, objectividade e coragem a sua política da Defesa, marco de importância fundamental na consolidação do regime e das instituições democráticas.

Noutro comunicado, a «comissão política da J. C.» de Lisboa, apelava a todos os militantes e simpatizantes a participarem maciçamente na projectada manifestação de apoio ao «Governo A. D.», no próximo dia 15.

Para este órgão centrista, a esquerda marxista, histórica, furiosa, desesperada tem de saber o que vale a A. D., a força que temos, a mesma que irá imprimir a «Mudança de Portugal». Apontando várias realizações do «Executivo» como: se três meses foram suficientes para fazer tanto, 4 anos não-de chegar para operar a grande arrancada da «Reconstrução Nacional».

Crendo por fim, que todos iriam estar presentes, de molde a que a manifestação comício da A. D. representasse pela grandiosidade a vitalidade e a vontade duma maioria ordeira, expressa sem punhos cerrados, nem braços levantados mas, erguendo bem alto e harmoniosamente a «Bandeira Nacional», por um futuro de «Paz, Progresso, Liberdade e Justiça Social, de mãos dadas».

Será e tudo o indica que sim, o dia 15 de Abril assinalado por uma grandiosa manifestação, representativa textual do grande apoio, que os democratas, que admiram a Liberdade e a Integridade do solo da sua Pátria, prestam e prestarão ao elenco do «Executivo A. D.», que tão consciente, lúcido e competente, tem sabido com esmero e responsabilidade desempenhar-se da sua espinhosa missão, dando uma imagem exemplar de conduta e de governação em consonância aos anseios do seu eleitorado e às necessidades e interesses da Comunidade e Pátria dos Portugueses.

O dia 15 de Abril será, de demarcação e representará o primeiro passo, ao longo do trilha futuro, que novamente levará a «Aliança Democrática» à vitória, nas próximas eleições, sem reboços.

12-4-1980.

SALIR RASGA

novos horizontes ao progresso

(continuação da pág. 1)
das suas propriedades para facilitar a construção do novo e amplo arruamento.

E este, não apenas vem rasgar novos horizontes ao progresso de Salir, como é também uma clara demonstração da força de diálogo construtivo e sadio.

Assim o compreendessem muitos outros indivíduos deste País em geral e deste concelho em especial.

Salir vai finalmente ver realizada a sua maior, mais velha, e mais justa aspiração — «ter água em abundância e até canalizada ao domicílio para seu abastecimento» — o que, vamos lá, não é já sem tempo.

Desde sempre os seus habitantes abastecem-se de um velho poço público distante quase um quilómetro, conduzindo o precioso líquido em cântaros a dorso de animal, ou à cabeça, esses que o não possuem; chamamos-lhe precioso líquido porque além de ser indispensável, custa a quem o não pode ir buscar a módica quantia de 750 cada cântaro, e que equivale 375\$00 o metro cúbico!... e mesmo a este preço, nem sempre se consegue, o que se tem tornado um verdadeiro calvário principalmente às donas de casa.

A fim de dar solução a tão grave problema, em 1955, portanto já lá vão 25 anos, foram feitas algumas sondagens, tendo por sorte sido encontrado num dos furos um verdadeiro caudal de água de boa qualidade, mas os trabalhos não prosseguiram e a água ali ficou fe-

chada de nada servindo a quem quer que fosse.

Mas desta vez o abastecimento de água e saneamento básico vai ser uma realidade, pois orientados pela firma SATREL já se trabalha activamente na abertura de valas, colocação da respectiva tubagem e construção do depósito de distribuição situado num dos pontos mais altos da povoação. Terá 21 metros de altura e a capacidade de cerca de 200 000 litros.

Reina, pois, grande satisfação em toda a zona abrangida.

C.

AS CASAS DO POVO

VÃO TER GESTORES

DEMOCRATICAMENTE

ELEITOS

Através de um Despacho Normativo, o Ministro dos Assuntos Sociais acaba de aprovar o «Regulamento Eleitoral das Casas do Povo», o qual define as directrizes para que de novo passem a efectuar-se eleições para os Corpos Gerentes, prática que se encontrava suspensa desde há 2 anos.

Desta forma se pretende pôr fim às comissões administrativas e se fará desencadear, já nos próximos meses, uma consulta generalizada à massa associativa para que, democraticamente, eleja os seus gestores para os próximos 3 anos.

Mais pessoal técnico ao serviço da saúde

Acaba de ser anunciado que se encontra quase pronta a ser publicada alguma Legislação respeitante ao importante sector da saúde.

Uma refere-se, concretamente, à rápida admissão de Pessoal Técnico, bem como outra, que diz respeito à criação de Consultores, para apoio, sobretudo, aos Hospitais Periféricos.

Toda esta matéria legislativa, deverá, dentro de dias, ser aprovada em reunião do Conselho de Ministros.

Igualmente, há a vontade, por parte da Secretaria de Estado da Saúde, de implementar — a curto prazo — concurso para médicos especialistas, para servirem, principalmente, os vários Hospitais Distritais do País.

MARINOTEIS - Sociedade de Promoção e Construção de Hoteis, SARL

Relatório do Conselho de Administração

(continuação da pág. 5)

de Turismo e a Sheraton, conducentes a obter as necessárias fontes de financiamento, e é agora objectivo prioritário e urgente a sua concretização, a fim de se assegurar a realização da obra e o arranque na data prevista.

O capital inicial de 7 500 contos foi em 1974 elevado para 52 500 contos e no final de 1979 para 75 000 contos, nos termos do Acordo de Fundadores.

Haverá agora que proceder a novo aumento para responder às exigências do Fundo de Turismo, e que, em última análise, será fixado em função do aval que, em definitivo, vier a ser prestado para a concessão do empréstimo.

Entretanto, obteve-se do Banco Português do Atlântico e da União de Bancos Portugueses o financiamento, em partes iguais, dos custos decorrentes dos contratos firmados com os projectistas.

É de notar que será este, porventura, o único hotel de 5 estrelas cuja construção virá a ter início em 1980 e não consta que outro, da mesma categoria, tenha sido começado nos últimos anos.

Salientámos também que ele irá dar desde já um contributo válido não só para atenuação da grave crise da construção civil e aumento do mercado de emprego, como também — através da máquina de propaganda da cadeia Sheraton — para uma maior projecção internacional do turismo do nosso país.

À semelhança dos anos anteriores, o balanço foi elaborado com idênticos critérios, tendo-se levado ao Imobilizado todos os gastos, pelo que também este ano não se apresenta conta de Ganhos e Perdas.

Nos termos legais, procedeu o Conselho Fiscal, ao longo do ano, à verificação dos livros e das contas, sempre num espírito aberto e de colaboração, que muito agradecemos.

Resta uma palavra de agradecimento aos nossos colaboradores, neles incluindo os projectistas e técnicos, que têm continuado a manifestar o maior interesse na consecução do empreendimento.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 1980.

O Conselho de Administração

Presidente:

Alberto Saraiva e Sousa

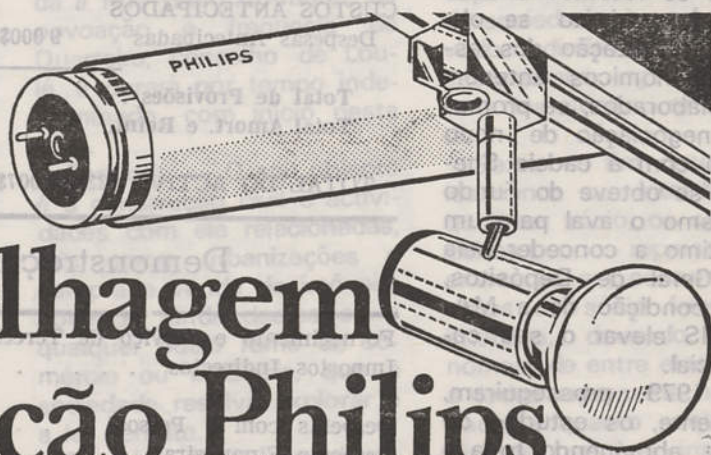
Administrador:

União de Bancos Portugueses, representada por Galiano Augusto Ramos Esteves

Administrador:

LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, S. A. R. L., representada por José Manuel Pita Góis Ferreira

Lâmpadas e toda a aparelhagem de iluminação Philips



Estabelecimento

jomeluz

COMÉRCIO DE ARTIGOS ELÉCTRICOS, LDA.

Rua Dr. Justino Cúmano, 13
Telefone 24432 - 24021 - 26018
8000 FARO

Visite as
NOVAS INSTALAÇÕES

Actividades camarárias

(continuação da pág. 1)
de rádio quantos contadores tivesse em seu nome...

Em matéria de licenças para a construção, podemos salientar que, na reunião do dia 18 de Janeiro, foram definidas as seguintes autorizações:

— 1 moradia unifamiliar em Vilamoura; 1 moradia singular no sítio de Pereiras (Almansil); 1 moradia de rez-do-chão e 1.º andar em Santa Margarida (Alte); 1 moradia 1.º andar a construir sobre um rez-do-chão em Betunes, (Loulé); 3 armazéns no sítio da Cascalheira (Quarteira); Duas lojas a construir no sítio da Piedade — Olivais de Santo António; 1 moradia em Vale Formoso (Loulé); 1 garagem em Salir (Porto das Covas); 1 prédio em Quarteira; 1 moradia em Vale do Lobo; 1 moradia unifamiliar em Es-

canxinas (Almansil); 1 prédio de 3 pisos na Rua Afonso de Albuquerque — Loulé e mais um andar sobre um rés-do-chão já existente; 1 prédio no sítio do Povo Novo (Almansil); 1 armazém para recolha de produtos agrícolas (Poço Novo) Almansil; 1 prédio na Lagoa de Mompró (Loulé); 1 moradia em Vilamoura; 1 armazém em S. João da Venda — Almansil; 1 armazém para recolha de alfaias agrícolas em Santa Margarida (Alte); 1 armazém para recolha de produtos agrícolas (Várzea da Mão); 1 moradia unifamiliar em Vilamoura; 1 moradia unifamiliar em Vila Sol (Quarteira); 1 moradia em Terras Ruivas (Quarteira), armazém e habitação; 1 armazém e habitação unifamiliar em Vale do Lobo e 1 moradia em Alte.

Para efeitos legais, a Câmara

ra remeteu um projecto à Direcção dos Serviços Regionais do Algarve, de loteamento simples a construir na Rua Pedro Nunes, mas deu o seu parecer favorável.

TRÁNSITO NO CRUZAMENTO NORTE DA AVENIDA JOSÉ DA COSTA MEALHA, EM LOULÉ

Pelo Vereador Dr. José Mendes Bota foi comunicado à Câmara que, verificando-se a necessidade urgente de dar uma solução eficaz ao problema do trânsito no cruzamento norte da Avenida José da Costa Mealha, denominado Largo João XXIII, em Loulé, o qual representa um perigo constante para um normal e seguro escoamento de trânsito, propôs que se dê início imediato às obras de construção das placas divisorias no referido local, cujo projecto se encontra já aprovado pela Junta Autónoma das Estradas, e com os pareceres favoráveis do arquitecto urbanista, o que não é incompatível, antes pelo contrário, como o futuro urbanístico daquela zona, previsto no Plano de Urbanização de Loulé.

— A Câmara aprovou, por unanimidade, a proposta apresentada.

CONTRATO A PRAZO DE UM ENGENHEIRO

Atendendo ao afluxo constante de projecto de obras e de outros serviços inerentes que têm sobrecarregado ultimamente a Secção Técnica dos Serviços de Obras deste Município, pelo Vereador Dr. José Mendes Bota foi proposto que se contratasse um Engenheiro para prestar serviço na referida secção, para o qual foi indicado o nome do Engenheiro Civil João Manuel Rodrigues de Brito. A Câmara, atendendo a tal situação deliberou, por maioria, contratar por um prazo de seis meses, renovável, o Engenheiro João Manuel Rodrigues de Brito, para prestar serviço da sua competência, na Secção Técnica de Obras deste Município.

Cessão de quotas

e alteração de pacto social

Em trinta de Agosto de mil novecentos setenta e nove, no Cartório Notarial do concelho de Albufeira, a cargo do notário licenciado Adolfo Armando Jorge Batalha, perante mim, referido notário, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO — GERMANO PINTO DE CAMPOS, casado, no regime de comunhão de adquiridos, com Natália Maria do Nascimento Sousa Campos, natural de Cambuio, Angola, e com residência habitual nesta vila de Albufeira, na Rua Cândido dos Reis, n.º 32;

SEGUNDO — A referida NATÁLIA MARIA DO NASCIMENTO SOUSA CAMPOS, natural de Chibia, Sá da Bandeira, Angola, e também com residência habitual na Rua Cândido dos Reis, n.º 32, desta vila;

TERCEIRO — MANUEL MARIA DAMAS FERNANDES, casado, no regime de comunhão geral de adquiridos, com Elisa Lubélia de Castro Lima Fernandes, natural do Montijo, e com residência habitual nesta vila de Albufeira, na Rua da Igreja Nova, n.º 14;

QUARTO — A referida ELISA LUBÉLIA DE CASTRO LIMA FERNANDES, natural da freguesia de Albufeira, deste concelho, e também com residência habitual nesta vila, na Rua da Igreja Nova, n.º 14;

Verifiquei a identidade dos outorgantes por meu conhecimento pessoal.

E pelo PRIMEIRO OUTORGANTE foi declarado que ele, a segunda e o terceiro outorgantes, são os únicos sócios da firma «CAMPOS & FERNANDES, LIMITADA», sociedade por quotas com sede na vila, freguesia e concelho de Albufeira, na Rua da Igreja Nova, número catorze, constituída por escritura de vinte cinco de Março de mil novecentos setenta e sete, lavrada a folhas trinta e seis e seguintes, do livro de notas respectivo número B-CINQUENTA E DOIS, deste Cartório Notarial, com o capital social de noventa mil escudos, e na mesma sociedade possui uma quota no valor nominal de trinta mil escudos;

Que, pela presente escritura, pelo preço de TRINTA MIL ESCUDOS, cede a sua referida quota ao terceiro outorgante, Manuel Maria Damas Fernandes, dando quitação do preço já recebido, e renunciando aos seus poderes de gerência na sociedade;

Declarou em seguida a SEGUNDA OUTORGANTE que na mesma sociedade é possuidora de uma quota no valor nominal de trinta mil escudos e, pela presente escritura, pelo preço de TRINTA MIL ESCUDOS já recebido e do qual dá plena quitação, cede a sua referida quota à quarta outorgante, Elisa Lubélia de Castro Lima

Fernandes, e renunciando aos seus poderes de gerência na sociedade;

Mais declararam os mesmos primeiro e segunda outorgantes que mutuamente dão o seu consentimento para as presentes cessões de quotas, e conjuntamente autorizam que o seu nome continue a figurar na firma social;

Declararam depois os TERCEIRO e QUARTA OUTORGANTES que aceitam as cessões de quotas e mutuamente se autorizam nas presentes aquisições.

Declararam ainda os mesmos TERCEIRO e QUARTA OUTORGANTES que, após o terceiro outorgante ter unificado as suas quotas numa só, no valor nominal de sessenta mil escudos, pela presente escritura alteram os artigos terceiro e quinto do pacto social que passam a ter a redacção seguinte:

«TERCEIRO — O capital social é de noventa mil escudos, inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, e representado pela soma de duas quotas, uma de sessenta mil escudos, do sócio Manuel Maria Damas Fernandes, e outra de trinta mil escudos, do sócio Elisa Lubélia de Castro Lima Fernandes.

«QUINTO — A gerência, dispensada de caução, pertence a todos os sócios que, desde já são nomeados gerentes, e para que a sociedade fique obrigada é necessária e suficiente a assinatura de qualquer deles».

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo em voz alta na presença simultânea de todos, com a advertência especial de que o registo da alteração do pacto social tem de ser requerido no prazo de três meses a contar de hoje.

O Notário,
Adolfo Armando Jorge
Batalha

Vão melhorar os Serviços de Saúde

(continuação da pág. 1)
instalados os Centros Regionais de Segurança Social do Porto, Leiria, Santarém, Viseu, Bragança e Faro.

No que toca à concessão de Subsídios, de destacar o pagamento das Pensões de Invalidez, Velhice e Sobrevivência, do Regime Geral da Previdência, da Pensão do Regime Especial dos Rurais e da Pensão Social, todas com retroactivos desde 1 de Dezembro de 1979.

Ainda, de referir a atribuição do Subsídio de Funeral aos Rurais, que passou a ser concedido nas mesmas condições do Regime Geral.

A L E M Ã O

Dá-se explicações práticas a principiantes.
Condições a combinar.
Informa nesta redacção.

(2-2)

O PROBLEMA HOSPITALAR DO ALGARVE

(continuação da pág. 1)

namento global do Hospital Regional do Algarve surgem de todos os lados, apontando-se como mais graves as de ordem financeira e de recursos humanos.

Uma coisa é certa, porém; Lisboa, mais propriamente o hospital de Santa Maria, continua a ser a grande safa para o desgraçado que tem o azar de cair gravemente doente ou ser atingido por um brutal desastre de viação.

Rara é a manhã em que não atravessam a ponte sobre o Tejo ambulâncias vindas do Algarve, tocando as suas sirenes para abrir caminho por entre as filas intermináveis de veículos à espera de vez no pagamento da portagem.

Não existem estatísticas sobre a inutilidade das viagens, mas sabe-se que não se contam infelizmente pelos dedos das mãos os casos em que os enfermos chegam já mortos, após quatro, cinco ou seis horas de luta en-

tre a vida e a morte, dentro de uma ambulância sujeita a todas as trepidações em estradas esburacadas. A travessia da estrada de Grândola — cujas obras se arrastam vai para um ano! — é uma prova de resistência que brada aos céus!

Em pleno século XX, custa a crer na existência num recanto da Europa, de uma província considerada ainda por cima de férias de nível internacional, onde um caso de vida ou de morte, clínico ou cirúrgico, somente se pode resolver a 300 quilómetros de distância e a cinco ou seis horas de uma aventureira viagem!

O problema hospitalar do Algarve não pode continuar a ser resolvido com ambulâncias, cuja simples manutenção e exploração deve ficar por uma fortuna, ao preço actual do gasóleo ou da gasolina, motoristas, ajudantes, etc.

A saúde é o mais precioso dos bens. No Algarve, parece que não...

V. R.

AGROLUDO-Sociedade Agro-Pecuária do Ludo, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 28 de Março findo, lavrada de fls. 124 a 126, v.º, do livro n.º B-113, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, o sócio da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede no sítio do Muro do Ludo, freguesia de Almansil, concelho de Loulé «Agroludo — Sociedade Agro-Pecuária do Ludo, Lda.», Ilídio Jacinto Guerreiro, cedeu a sua quota do valor nominal de 25 000\$00 ao consócio Lucas da Conceição Genovevo;

Pela mesma escritura foi elevado o capital da referida sociedade de 100 000\$00 para 3 000 000\$00, tendo o aumento, no montante de 2 900 000\$00, sido subscrito pelos actuais e únicos sócios Lucas da Conceição Genovevo, Ilídio Lucas de Jesus Guerreiro e Jorge Manuel Lucas dos Santos Pinto, com uma nova quota, respectivamente, de 1 450 000\$00, realizada em dinheiro, na sua totalidade, 725 000\$00 e

725 000\$00, estas realizadas em dinheiro tão somente na quantia de 362 500\$00, cada uma, devendo a parte restante de idêntico montante, ser realizada em duas prestações anuais, respectivamente, de 175 000\$00 e de 187 500\$00, com início a partir da data desta escritura, tendo as mesmas sido unificadas com as primitivas e ora adquirida, tendo ainda, pela mesma escritura, sido alterado o art.º 3.º e acrescentado um novo — o 4.º — ao art.º 5.º do pacto social, que passaram a ter a seguinte redacção:

Art.º 3.º — 1. O capital social é de 3 000 000\$00, e está dividido em três quotas, sendo uma de 1 500 000\$00, integralmente realizada em dinheiro, já entrado na Caixa Social, pertencente ao sócio Lucas da Conceição Genovevo, e duas de 750 000\$00,

pertencendo uma a cada um dos sócios Ilídio Lucas de Jesus Guerreiro e Jorge Manuel Lucas dos Santos Pinto, estando cada uma delas já realizada em dinheiro, entrado na Caixa Social, no valor de 387 500\$00, devendo a parte restante de 362 500\$, ser paga em duas prestações anuais, respectivamente, de 175 000\$00 e de 187 500\$, a contar desta data.

2. Os sócios farão à sociedade, as prestações suplementares de capital, que a mesma carecer, mediante as condições a estabelecer por unanimidade, em Assembleia Geral.

3. Igualmente os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que a mesma necessitar, vencendo ou não juros, conforme for estabelecido em Assembleia Geral.

Artigo 5.º — 4. Os gerentes poderão delegar os seus poderes de gerência, no todo ou em parte, noutros sócios, ou em pessoas estranhas à sociedade, por meio de procuração.

Está conforme.
Secretaria Notarial de Loulé, 11 de Abril de 1980.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

VENDE-SE

A 10 Km de Faro, no sítio do Troite, um lote com cerca de 3 000 m2 com material para construção e projecto assinado.

Tratar no local com Domingos Coelho.

(2-2)

O CONSELHO DA REVOLUÇÃO pronuncia-se contra a iniciativa privada

por
FILIPE VIEGAS

O partido comunista e toda a franja socialista marxista-atéista, que gravita na área comunista, designadamente o partido socialista e seu novo complemento a ASDI — de Magalhães Mota e Sousa Franco — obtiveram nesta altura, à margem das urnas, grande vitória, pelo facto de também o «Conselho da Revolução» ir contra a iniciativa privada, declarando inconstitucional a lei aprovada no Parlamento.

Lei que retirava ao monopólio estatal sectores importantes, de que a iniciativa privada fora arredada depois do golpe de 11 de Março de 1975, como a banca, os seguros, os adubos e os cimentos.

O Presidente da República, terá assim a vida facilitada, ao não promulgar um diploma, que corrigiria uma situação in-

dispensável e iria dar alento à iniciativa privada por direito e necessidade sentida na revitalização de áreas, actualmente sob monopólio e controlo do Estado.

Áreas, que se impunham abrir de direito por esbulho revolucionário, vitimadas pela classe político-militar, que dominou o país no ano negro da sua História.

Ficou desta feita, chumbado pelo C. R. o documento elaborado pelo Governo e aprovado pela maioria parlamentar, constituindo tal feito do C. R. uma indirecta vitória, a realçar para o duo PS/ASDI, que dará azo a que todos os verdadeiros democratas e conscientes das realidades da vida nacional se sintam desgostosos, e ao mesmo tempo defraudados nos direitos, que a sua vitória eleitoral do 2 de Dezembro lhes deveria outorgar e que a «Oposição Socialista-Comunista e Conselho da Revolução», em desespero tentam bloquear.

Se tem medo do trânsito para Lisboa ou das novas tarifas da TAP... vá a pé!

Doze jovens fizeram os 300 quilómetros apenas em 23 horas!

Embora com certo atrazo, «A Voz de Loulé» não pode deixar de registar com o devido relevo a proeza dos doze jovens que meteram pernas a caminho do Algarve, saindo de Almada às 16 horas do dia 25 de Março e chegando a Faro por volta das 15 horas do dia seguinte.

A iniciativa pertenceu à Juventude Adventista Portuguesa e à Associação Internacional da Temperança, com o patrocínio da revista «Saúde e Lar», visando demonstrar que se tem mais saúde «não fumando, não bebendo, não usando droga».

O pastor da Igreja Adventista, Joaquim Dias, coordenador desta Estafeta da Esperança, declarou a propósito desta iniciativa: «A Organização Mundial de Saúde consagrou o ano

de 1980 à luta contra o tabaco, sintetizada na frase «o tabaco ou a saúde, a escolha é sua». Este é o tema do nosso congresso deste ano, que se irá realizar no Algarve. O factor económico que o tabaco representa reflecte-se claramente no aumento dos encargos de saúde, no acréscimo do custo das pensões por incapacidade, na perda de produtividade por doença e absentismo, e no consequente aumento da inflação».

Uma das formas de se combater o vício do tabaco é, na verdade, o movimento. Quem se der ao gosto de fazer grandes marchas para sacudir a inércia e os músculos, esquece-se rapidamente da «beata»... Não precisará de fazer de uma só vez os 300 quilómetros, como prova desportiva, mas ganhará saúde, alegria e bem-estar se experimentar uma leve prova de cinco ou dez quilómetros. Se puder fazê-lo na serra ou à beira-mar, de pés descalços na água ou utilizando uns ténis leves e frescos — então o seu prazer aumentará ainda mais...

E, à medida que se for habituando, talvez possa encargar a sério a hipótese de ir a Lisboa a pé. Com os novos preços que a TAP acaba de pôr em vigor nas viagens Faro - Lisboa e volta, tem razões para fazê-lo muito a sério... Antes queimar os pés do que incendiar os bolsos...

Apelo aos jovens

A Casa de Cultura da Juventude de Faro (adstrita ao FAOJ), está a tentar criar uma secção de teatro. Dispõe já de instalações apropriadas, onde os jovens interessados podem praticar as actividades teatrais e conta com animadores, para dinamizar estas iniciativas. Agora dirige-se a todos os jovens, particularmente, os que vivem, em Faro, convidando-os para contactar, urgentemente, os serviços da Casa de Cultura, sitos na Rua dos Bombeiros Portugueses, n.º 4-1.º Esq. em Faro. Só depende dos jovens a criação dum Grupo Juvenil de Teatro na nossa cidade. Aqui fica o apelo a todos os rapazes e raparigas, para que não faltem, com a sua entusiástica adesão, a mais esta iniciativa da Casa de Cultura da Juventude de Faro, adstrita ao FAOJ.

Conclusões do I Encontro de Quadros do Algarve da JSD

(Conclusão)

7. — TRABALHO. — Foi decidido:

7. 1. — Intensificar as actividades sócio-profissionais da JSD e organizar o I Encontro de Jovens Trabalhadores Sociais-Democratas do Algarve.

7. 2. — Apelar à filiação na UGT para reforço do sindicalismo democrático, garantindo uma autêntica defesa dos interesses dos trabalhadores.

8 — EDUCAÇÃO — Foi decidido:

8. 1. — Considerar imperiosa e urgente a recusa da continuação da situação equívoca e geradora de graves consequências na formação dos jovens, da inexistência de uma Lei de Bases do Sistema de Ensino que dê corpo global e coerente à formação escolar desde a instrução pré-primária, até ao ensino superior.

8. 2. — Congratular-se pelo facto de, com a vitória da A. D., o famigerado Ano Propedéutico, causa de injustiças e frustrações, ver finalmente o seu termo, e defender a conversão positiva, nomeadamente com o fim do sistema autodidacta, com estatuto pré-universitário.

8. 3. — Expressar a sua preocupação pela situação generalizada do Ensino Português no que se refere à falta de qualidade, de nível pedagógico e de conteúdo científico, questões que se encontram ligadas à sempre problemática deficiente formação de um Corpo Docente maioritariamente desvocacionado para o professorado.

8. 4. — Requerer a imediata institucionalização do Centro de Apoio Universitário de Faro, com garantias de funcionamento com qualidade, beneficiando do apoio de organismos estatais.

8. 5. — Defender a urgente criação da Universidade do Algarve (rompendo com a lamentável situação de estagnação mantida deliberadamente pelos governos anteriores).

9. — MOVIMENTO ASSOCIATIVO — Foi decidido:

9. 1. — Expressar o seu receio

pela situação que se vive no Movimento Associativo, mormente no que concerne à desmotivação dos estudantes e à ausência de actividades tendentes em torno de um objectivo comum.

9. 2. — Defender a incontinuação de actividades desportivas, culturais, etc., que permitam o ressurgimento do Movimento Associativo e que viabilize a revitalização das A. E.s, que sempre temos defendido, e que requer o apoio financeiro que os sucessivos governos socialistas sempre negaram, com o claro intuito de sufocar as vozes incómodas que criticaram a sua gestão desastrosa.

9. 3. — Reafirmar a necessidade da constituição de um órgão nacional representativo dos estudantes portugueses, e lamentar que a prática sectária da UEC e seus satélites (UDP, MES, etc.) tenha inviabilizado a criação da UNEP tão desejada.

10. — POLÍTICA INTERNACIONAL.

Os quadros políticos da JSD do Algarve manifestaram o seu repúdio pelas apetências expansionistas e hegemónicas da União Soviética consubstanciadas na recente invasão do Afeganistão, subjugando assim todo um Povo, em manifesta violação do princípio da integridade de um País soberano consagrado pelo Direito Internacional. Os quadros políticos da JSD do Algarve condenaram igualmente as violações aos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, por parte da União Soviética, nomeadamente as recentes perseguições políticas que culminaram com a deportação interna do físico e Prémio Nobel da Paz, Andrei Sakharov.

11. — POLÍTICA NACIONAL.

Os quadros políticos da JSD

Para quando a extinção do Grémio da Lavoura de Loulé

(continuação da pág. 1)

-se responsabilidades mas não se responsabiliza ninguém e, embora oficialmente nada se saiba das presumíveis irregularidades, (eventualmente existentes no Grémio de Loulé) tudo leva a crer serem graves.

Essa comissão outrora constituída por 6 elementos está reduzida a 2 ou 3 com funções simbólicas, e contudo o parque de máquinas pertencente ao Grémio, que é composto por vários tractores e atrelados, uma camioneta e várias alfaças agrícolas, está a deteriorar-se, além de os agricultores pressentirem um passivo cada vez mais avultado, mas que desconhecem (até porque as contas não estão em dia) situação de facto esta que desagrada a todos e não agrada a ninguém.

Os agricultores do concelho de Loulé conscientes da sua responsabilidade social e do contributo que podem dar à restauração da economia local e nacional, reclamam as entidades competentes muito sensíveis aos seus problemas, (como aliás demonstraram a propósito da geada negra) que enviem esforços, no sentido de acelerarem a rápida extinção do Grémio e entregarem o respectivo Património à Cooperativa Mãe Soberana, onde se instalarão como já frizamos, também os Serviços da Caixa de Crédito Agrícola de Loulé.

A resolução rápida deste problema que se arrasta há mais de 3 anos, além de evitar a degradação material do património existente, dará um poderoso impulso aos legítimos interesses dos agricultores louletanos que confiam inteiramente na honestidade e capacidade do governo da Aliança Democrática.

do Algarve, face à problemática referente às próximas eleições Presidenciais, corroboraram a oportunidade e a lucidez da decisão que o PSD assumiu no Conselho Nacional de não apoiar o General e cidadão Ramalho Eanes como seu candidato às referidas eleições. A JSD do Algarve manifestou o seu interesse e a sua disponibilidade em colaborar com as estruturas nacionais da JSD e do PSD na definição do perfil do futuro candidato à Presidência da República, bem como na pesquisa que se lhe seguirá para encontrar a personalidade que o PSD apresentará aos seus parceiros da AD para, possivelmente se tornar um candidato oficial da Aliança Democrática.

Cães vadios enxameiam as nossas ruas

Problema melindroso, sem dúvida, mas que carece de ser resolvido a bem da população é o do excesso de cães vadios nas ruas da nossa vila.

Toda a gente sabe que o cão é o melhor amigo do homem, que é um animal simpático, dedicado e geralmente carinhoso mas, como de resto tudo na vida, tem as suas limitações. E quando os cães são tantos que incomodam muita gente, parece evidente que é preciso tomar medidas drásticas para que as noites sejam menos barulhentas e que as pessoas possam andar nas ruas sem medo de serem mordidas ou cair das bicicletas quando procuram libertar-se da sua teimosa perseguição.

Ora este problema já tem sido várias vezes debatido neste jornal e agora vimos mais uma vez à liza a proposta do que lemos no «Boletim Municipal» da Câmara de Vila R. S. António, onde se dá conta dos prejuízos causados pelos cães naquele concelho, o que forçou aquela edilidade a construir um canil e preparar rações para garantir a sobrevivência dos animais que forem capturados, até serem reclamados pelos donos. Os animais que não forem reclamados serão abatidos. Ai se escreve também que: «Embora esta tarefa seja extremamente ingrata, pensamos que todos compreenderão as nossas motivações para pôr um ponto final num incómodo que a todos vai atingindo».

Quanto a nós, pensamos que não há outra alternativa para resolver o problema.

Nos dias 8, 9 e 10 de Maio

Recolha de fundos em Loulé para o Instituto Português de Reumatologia

Segundo nos informa a Direcção do Instituto Português de Reumatologia, o Ministro da Administração Interna autorizou a recolha de fundos em várias localidades do País destinados a tornar cada vez mais eficiente o tratamento dos doentes atacados de reumatismo e cuja afluência a este Instituto é cada vez maior, e ainda para ocorrer às despesas com a adaptação da antiga Maternidade Bensaude a novas instalações do I. P. R.

Em Loulé, esta recolha de fundos proceder-se-á nos próximos dias 8, 9 e 10 de Maio. Será desejável que a população apoie tão necessária campanha de apoio ao I. P. R.

Elevação de Quarteira à categoria de vila

Devido a gralha do próprio original, saiu deturpado o conteúdo do projecto de lei do deputado Cristóvão Norte, no que se refere ao número de habitantes residentes de Quarteira, que se diz ser de 1100, quando na verdade está calculada em 11 000. De resto, a gralha é facilmente detectada para quem conheça Quarteira ou saiba que ali trabalham 1 200 pescadores.



Deixo-o sair, se me disser como entrou sem acordar a minha mulher...